

ACTUALIDADE II

ENSINO
INVESTIGADO

CONCURSO ■ SUSPEITAS DE IRREGULARIDADES NA COLOCAÇÃO DE PROFESSORES

MP faz buscas
na Educação

■ Procuradores do DIAP recolheram dados de vários computadores da Direcção-Geral de Recursos Humanos

■ JANETE FRAZÃO

O Ministério Público fez ontem buscas no edifício da avenida 24 de Julho do Ministério da Educação e Ciência (MEC), no âmbito de alegadas irregularidades na colocação de professores no início deste ano lectivo.

As buscas, confirmadas pelo próprio MEC, surgem na sequência da entrega de documentos na Procuradoria-Geral da República (PGR), por parte da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), em Outubro de 2011, que, segundo a estrutura sindical, apontam para

a manipulação de dados no concurso público. Também nessa altura centenas de professores apresentaram queixa.

Assim, dando continuidade à investigação, procuradores do Departamento de Investigação e

Acção Penal (DIAP) estiveram ontem de manhã a fazer buscas na Direcção-Geral de Recursos Humanos do Ministério tutelado por Nuno Crato, em Lisboa, onde se procedeu a uma recolha exaustiva de informação de vários computadores, apurou o CM.

Em causa está o processo relativo à segunda bolsa de recrutamento de professores para

preencher as chamadas necessidades transitórias das escolas, através da qual são determinadas as colocações de docentes a um ano ou menos, por via electrónica. Para justificar a alegada "manipulação de dados", a Fenprof enumerou diversos casos de professores, com nove e dez anos de serviço, que ficaram de fora do concurso porque durante dias não foi possível descarregar electronicamente os horários anuais, o que terá distorcido os resultados.

O MEC negou sempre a existência de irregularidades, considerando que os concursos de colocação de professores decorreram no "cumprimento integral da legislação em vigor". ■

Ministério tutelado por Nuno Crato nega irregularidades



ANTÓNIO COTRIM/LUSA

Indemnizações
valem milhares
de euros

● "É bom saber que a Justiça está a funcionar", reage Mário Nogueira, secretário-geral da Fenprof. "Tínhamos indícios de ilegalidades graves e denunciámos o caso." Em causa está a "distorção" nas colocações, que permitiu a professores com menos anos de carreira ultrapassarem os mais antigos. "As escolas não conseguiam colocar horários anuais, que surgiam como mensais, e como os professores mais velhos se candidatavam só aos anuais, muitos acabaram por ser ultrapassados." Resultado: há professores no desemprego ou com horários incompletos. Mário Nogueira não dá estimativas, mas serão centenas os prejudicados. "Se houve ilegalidade, devem ser ressarcidos. As indemnizações podem atingir milhares de euros." ■ E.N.

Tutela confirma
recolha de
informações

● O Ministério da Educação e Ciência confirmou ontem ao CM que foram efectuadas buscas na Direcção-Geral de Recursos Humanos, situada no edifício da avenida 24 de Julho, em Lisboa, mas recusou avançar com mais detalhes. "As eventuais averiguações efectuadas no âmbito do processo referente às bolsas de recrutamento decorrem do seu normal funcionamento e não serão comentadas pelo MEC", disse ao CM fonte oficial do ministério tutelado por Nuno Crato. O MEC sempre defendeu que os concursos em causa decorreram com "normalidade", admitindo "problemas pontuais". ■ J.F.



PARLAMENTO | **COLOCAÇÕES**

A colocação de professores no ano lectivo 2004/2005 foi analisada por uma Comissão Parlamentar devido a problemas nas listas elaboradas pelo ministério de David Justino

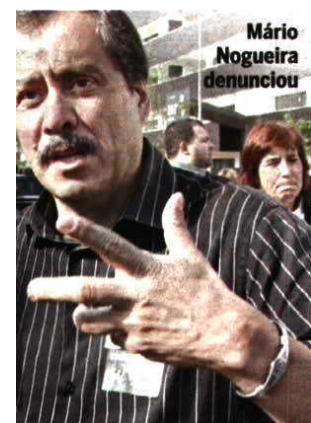


MINISTÉRIO | **INVASÃO**

Em Setembro de 2011, o Ministério da Educação foi invadido por um grupo de 20 professores desempregados a exigir transparência nos critérios das ofertas de escola

MANIFESTAÇÕES | **PROFESSORES**

Maria de Lurdes Rodrigues, ministra da Educação entre 2005 e 2009, foi alvo de três grandes manifestações de professores que contestavam as políticas educativas



Mário Nogueira denunciou

Condenado a pagar horas extras

Os tribunais Administrativos e Fiscais de Castelo Branco e Leiria deram razão a dois professores que há cinco anos reclamaram ao Ministério da

Educação o pagamento de horas extraordinárias por aulas de substituição. Na altura, o ministério era liderado por Maria de Lurdes Rodrigues. ■

Sentenças por caducidade

São já quatro as sentenças que condenam o MEC a pagar compensação aos professores por caducidade dos contratos a termo. Deram entrada nos

tribunais queixas de 32 docentes. O provedor de Justiça, Alfredo José de Sousa, já tinha recomendado ao ministério o pagamento de indemnizações. ■

SAIBA MAIS

MINISTÉRIO RÉU

As queixas na Justiça contra o Ministério da Educação são frequentes por causa da contestação das listas de graduação e colocações nos concursos de pessoal docente.

2004

foi com M.^a do Carmo Seabra como ministra da Educação o ano recente com mais queixas nos tribunais. As colocações saíram a 28 de Setembro, embora as aulas devessem começar no dia 15.

12 747

professores contratados e 2192 docentes de carreira sem componente lectiva atribuída preencheram os 18118 horários a concurso pelo Ministério da Educação no último Verão.

RECOMENDAÇÃO DA AR

Por iniciativa do PS, a Assembleia aprovou a 16 de Dezembro último um levantamento rigoroso das necessidades dos docentes.

MAIS DE 37 MIL PROFESSORES NO DESEMPREGO

Foram mais de 37 mil professores que ficaram no desemprego no último Verão, depois de não terem sido colocados pelo Ministério da Educação e Ciência nas listas para o actual ano lectivo. Dos 12 mil que conseguiram colocação, 1600 ficaram com horário zero. ■



BUSCAS EM CONCURSO DE PROFESSORES



■ **Ministério da Educação** foi visitado por magistrados que recolheram informação dos computadores